

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 111.203 - MG (2019/0103670-0)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**RECORRENTE : JULIMAR LIMA MORAIS (PRESO)**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso em *habeas corpus* interposto por JULIMAR LIMA MORAIS em face do acórdão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, assim ementado (fl. 183):

HABEAS CORPUS – TRÁFICO DE DROGAS – ASSOCIAÇÃO PARA O TRAFICO – PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA - DECISÃO FUNDAMENTADA – PRESENTES OS REQUISITOS DOS ART. 312 DO CPP - NEGATIVA DE AUTORIA – MATÉRIA DE MÉRITO - CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS – INSUFICIÊNCIA - MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO – IMPOSSIBILIDADE. Em sede de Habeas Corpus não é possível a análise da conduta delituosa atribuída ao paciente. Isso porque se trata de matéria de mérito, demandando análise detida, podendo repercutir no desfecho da demanda criminal, mas não sobre a conveniência de se manter o paciente preso. Atendido ao menos um dos pressupostos do art. 312 do CPP, qual seja a garantia da ordem pública, bem como um dos requisitos instrumentais do art. 313 do CPP, deve ser a prisão preventiva mantida, não havendo que se falar em sua revogação, ou mesmo em substituição pelas medidas cautelares diversas da prisão previstas no art. 319 do CPP, pelo fato de estas se revelarem absolutamente insuficientes. A presença de condições subjetivas favoráveis ao paciente não obsta a segregação cautelar quanto presentes os fundamentos para justificar sua manutenção. Precedentes do STF e STJ.

Foi preso em flagrante pela prática do crime de tráfico de drogas e associação para o tráfico, tipificado no art. 33, *caput*, c/c art. 35 ambos da Lei 11.343/2006.

Sustenta o recorrente, em síntese, a ausência dos requisitos ensejadores da prisão preventiva e a desproporcionalidade da medida.

Aduz, ainda, que ostenta condições pessoais favoráveis.

Requer a concessão da ordem constitucional para revogar a prisão preventiva ou, subsidiariamente, a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

A liminar foi indeferida (fls. 216/219).

As informações foram prestadas (fls. 225/228).

O parecer do Ministério Público Federal foi pelo desprovimento do

recurso (fls. 316/318).

Na origem, o Processo n. 0358762-60.2019.8.13.0024 encontra-se na fase recursal, a sentença foi proferida no dia 23/8/2019, conforme informações obtidas no site do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, na data de 3/10/2019.

É o relatório.

DECIDO.

A questão referente à desproporcionalidade da prisão em relação ao futuro regime a ser fixado na condenação está superada, pois sobreveio sentença condenando o réu ao regime fechado (fl. 332).

Posto isso, não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

A sentença apresentou os seguintes fundamentos (fl. 332):

Considerando as circunstâncias do delito, **a quantidade e a natureza da droga apreendida, os antecedentes do acusado (reincidente), bem como o relatório circunstanciado de investigações em que atesta que o réu está ligado a criminalidade, hei por bem, negar-lhe o direito de recorrer em liberdade**, eis que presentes os requisitos do art. 312 do CPP, quais sejam aplicação da lei penal e garantia da ordem pública.

Consta da decisão de prisão preventiva os seguintes fundamentos (fls. 73-74):

Trata-se de comunicação de prisão em flagrante de FABRÍCIO BORGES, preso em 07/02/2019, como incurso nas sanções do art. 33, c/c art. 35, ambos da Lei 11343/06, c/c art. 180 do Código Penal. Constatado que o APFD está formalmente em ordem, obedecendo as disposições do art. 304 e 306 do código de Processo Penal, não sendo hipótese de relaxamento. Tampouco vislumbro possível a concessão de liberdade provisória. **No caso em tela, o autuado é reincidente específico, ostentando condenações penais com trânsito em julgado pelas práticas delitivas de tráfico de drogas, porte ilegal de arma de fogo de uso restrito e porte ilegal de arma de fogo de uso permitido, estando em cumprimento de pena, no gozo de prisão domiciliar que lhe foi concedida em 26/10/2018. Outrossim, o autuado responde a ações penais pelos delitos de roubo majorado, furto qualificado, associação criminosa, condução de veículo com capacidade psicomotora alterada, desobediência, tráfico de drogas e porte ilegal de arma de fogo de uso permitido.**

Ademais, tem-se que as circunstâncias do crime são graves, constando do APFD que policiais, em patrulhamento, se depararam com Um veículo Fiat/Punto, de placa GYI- 4403, com dois ocupantes que demonstraram nervosismo com a presença da guarnição, restando-se eles contidos e identificados como autuado Fabrício e o coautuado Julimar, este que era o

condutor do automóvel. **Desta feita, procedidas buscas no veículo, foram localizados uma barra de maconha e dois aparelhos celulares, totalizando 188,0g dessa substância psicoativa, quantidade de droga que revela a gravidade concreta do delito.** A prisão do autuado em poder das substâncias apreendida indica os indícios de autoria. Em que pese as alegações da defesa, o autuado foi preso portando droga no veículo, sendo o verbo portar indicador do crime de tráfico pelo qual foi autuado. **Ato contínuo, após verificação quanto aos dados do veículo, constatou-se que o mesmo era produto de roubo ocorrido no dia 11/09/2019, na cidade de Contagem, também preso em poder do veículo objeto de crime. O periculum libertatis do caso em tela decorre da reiteração delitiva específica do autuado quando no gozo de prisão domiciliar.** Já é entendimento sedimentado nos Tribunais Superiores que a gravidade concreta do delito, por si só, vulnerabiliza a garantia da ordem pública. **Destarte, inadequada e insuficiente a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão preventiva, que se faz necessária para a garantia da ordem pública, vulnerabilizada com a sua reiteração criminosa específica quando no cumprimento de pena.** Assim, nos termos do art. 310, H, e presentes os requisitos do art. 312 c/c art. 313, 1 e II, todos do CPP, **CONVERTO A PRISÃO EM FLAGRANTE de FABRÍCIO BORGES EM PRISÃO PREVENTIVA.**

Como se vê, consta na sentença e do decreto prisional circunstância fática que demonstra a gravidade concreta do crime, evidenciada na reiteração delitiva, pois foram apresentados *os antecedentes do acusado (reincidente), bem como o relatório circunstanciado de investigações em que atesta que o réu está ligado a criminalidade.*

Esta Corte tem compreendido que a periculosidade do acusado, evidenciada na reiteração delitiva, constitui motivação idônea para o decreto da custódia cautelar, como garantia da ordem pública. Nesse sentido: HC n. 286854/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Felix Fischer – DJe. 1º-10-2014; RHC n. 48002/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 4/8/2014; RHC n. 44677/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 24/6/2014.

Ademais, havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso em *habeas corpus*.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator

